

Nada pelo social

Depois da reunião de líderes e ministros realizada ontem no Palácio do Planalto, o Governo percebeu quanto será difícil desenraizar a Constituinte de seu discurso distributivista: o deputado Ulysses Guimarães comprometeu-se pessoalmente com a meta de tornar a nova Carta um instrumento para favorecer aos menos assistidos. Publicamente, o dr. Ulysses cerrou fileiras em torno da universalização dos benefícios da Previdência e da seguridade social, o que ampliará o orçamento do Ministério da Previdência, com a inclusão dos que não descontam para o INPS.

Há outros compromissos sociais já arraigados à nova Constituinte, e que dificilmente serão extirpados da nova Carta. Todos eles custarão caro ao Estado, como o turno de 6 horas ininterrupto, que tornará complexa a administração da Petrobrás, notadamente nas plataformas marítimas, refinarias e transporte marítimo. Na Vale do Rio Doce, já ocorrem casos de cessação de contratos de transporte marítimo de minérios pela suspeição dos contratantes externos de que a CURD não honrará os prazos das entregas, tal é a complexidade de seus problemas funcionais internos, que ficarão ainda mais caóticos com o turno de 6 horas. Na Nuclebrás, a mesma preocupação existe nas unidades de pesquisa para o enriquecimento de urânio, produção industrial de equipamentos (o Brasil exporta vasos centrifugadores para as centrais nucleares argentinas) e investigação tecnológica.

O Governo, entretanto, só está às voltas com esse dilema porque se investiu da condição de Estado-empresário, ou Estado-Produtor, abarcando áreas típicas da iniciativa privada. Tal é a soma de seus poderes que acabou sendo por eles penalizado: a Constituinte nada mais faz do que reduzir a capacidade de concentração do Estado e devolvê-lo aos estados e municípios, para uma justa repartição na responsabilidade de gerir os interesses econômicos e sociais das capacidades. Êxito na sua luta contra dispositivos socialmente progressistas da Constituinte. E o que há de melhor na Carta. Através deles, a União torna-se mais unida, mais do cidadão, que da elite do poder. O deputado Ulysses Guimarães pinçou essa nuance particularíssima da nova Constituição, ressaltando que, se não estiverem satisfeitos o Governo e os grupos da sociedade insusceptíveis de conviverem com um instrumento tão moderno, podem mobilizar-se não para derrubar seus dispositivos agora no segundo turno, mas para derrubar a Carta inteira, no plebiscito que se sucederá à sua promulgação.

Por enquanto, as tentativas governamentais para levar à Constituinte o ditado de força serão como reflexos de um Estado que luta para não perder seus poderes, assim como a tecnocracia luta para não permitir a privatização, e assim perder os seus empregos.